



VOTO DE PESAR POR GONÇALO RIBEIRO TELLES

Arquitecto paisagista, ecologista e político, Gonçalo Pereira Ribeiro Telles nasceu em Lisboa, a 25 de Maio de 1922.

Licenciou-se em Engenharia Agrónoma e terminou o Curso Livre de Arquitectura Paisagista, no Instituto Superior de Agronomia da Universidade Técnica de Lisboa.

Iniciou a sua vida profissional nos serviços da Câmara Municipal de Lisboa, ao mesmo tempo que leccionava no ISA, tornando-se discípulo de Francisco Caldeira Cabral, pioneiro da arquitectura paisagista em Portugal, com quem publicará o livro “A Árvore em Portugal”, obra de referência sobre as espécies arbóreas existentes no nosso país.

Na Câmara de Lisboa integrou, entre 1951 e 1953, a Repartição de Arborização e Jardinagem, passando em 1955 a arquitecto paisagista do Gabinete de Estudos de Urbanização da CML, onde permaneceu até 1960.

Entre 1971 e 1974, dirigiu o Sector de Planeamento Biofísico e de Espaços Verdes do Fundo de Fomento da Habitação.

O projecto mais marcante da sua carreira é, provavelmente, o jardim da Fundação Calouste Gulbenkian, que assinou com António Viana Barreto e que lhe valeu, *ex aequo*, o Prémio Valmor de 1975.

É autor de alguns dos projectos de espaço público e de paisagismo mais emblemáticos da cidade de Lisboa: espaço público do Bairro das Estacas, em Alvalade; os jardins da Capela de São Jerónimo, no Restelo; a cobertura vegetal da colina do Castelo de São Jorge; e o Jardim Amália Rodrigues, junto ao Parque Eduardo VII.

Em Lisboa, merecem também destaque outros projectos, que concebeu entre 1998 e 2002, por solicitação da Câmara Municipal de Lisboa: o Vale de Alcântara, a Radial de Benfica, o Vale de Chelas, o Corredor Verde de Monsanto, o Corredor Verde Periférico de Lisboa e a integração da Zona Ribeirinha Oriental e Ocidental na Estrutura Verde Principal de Lisboa.

Foi professor convidado e catedrático da Universidade de Évora, onde criou na década de 1990 as licenciaturas em Arquitectura Paisagista e em Engenharia Biofísica.



Em Abril de 2013 foi galardoado com o Prémio Sir Geoffrey Jellicoe, a mais importante distinção internacional no âmbito da arquitectura paisagista.

Iniciou a sua intervenção pública como membro da Juventude Agrária e Rural Católica, estrutura juvenil ligada à Acção Católica Portuguesa.

Em 1945, participou na fundação do Centro Nacional de Cultura, do qual era associado número um e presidente da Assembleia Geral.

Com Francisco Sousa Tavares, fundou, em 1957, o Movimento dos Monárquicos Independentes, a que se seguiria o Movimento dos Monárquicos Populares.

Em 1958, manifestou o seu apoio à candidatura presidencial de Humberto Delgado.

Em 1959, subscreveu, com mais quatro dezenas de católicos – entre os quais Francisco Sousa Tavares, João Bénard da Costa, Nuno Teotónio Pereira e Sophia de Mello Breyner Andresen –, uma carta dirigida a Salazar na qual se denunciavam os métodos da PIDE.

Em 1967, aquando das cheias de Lisboa, impôs-se publicamente contra as políticas de urbanização vigentes.

Em 1969, integra a Comissão Eleitoral Monárquica, que se junta às listas da Acção Socialista Portuguesa, de Mário Soares, na coligação Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (CEUD), liderada por Soares, para concorrer à Assembleia Nacional. Não seria eleito, tal como os restantes membros das listas da oposição democrática.

Em 1971, ajudou a fundar o movimento Convergência Monárquica, reunião de três movimentos da resistência monárquica: o Movimento Monárquico Popular, a Liga Popular Monárquica e a Renovação Portuguesa.

Após o 25 de Abril de 1974, com Francisco Rolão Preto, Henrique Barrilaro Ruas, João Camossa de Saldanha, Augusto Ferreira do Amaral, Luís Coimbra, entre outros, fundou o Partido Popular Monárquico, a cujo Directório presidiu.

Foi Subsecretário de Estado do Ambiente nos I, II e III Governos Provisórios e Secretário de Estado do Ambiente no I Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares.

Em 1979, alia-se a Diogo Freitas do Amaral e Francisco Sá Carneiro na formação da Aliança Democrática, coligação através da qual foi eleito deputado à Assembleia da República, consecutivamente, nas legislativas de 1979, 1980 e 1983.



Entre 1981 e 1983, integra o VIII Governo Constitucional, chefiado por Francisco Pinto Balsemão, como Ministro de Estado e da Qualidade de Vida. Durante o seu ministério, assume um papel preponderante no estabelecimento de um regime sobre o uso da terra e o ordenamento do território, ao criar as zonas protegidas da Reserva Agrícola Nacional, da Reserva Ecológica Nacional e as bases do Plano Director Municipal.

Enquanto deputado na Assembleia da República teve responsabilidades nas propostas da Lei de Bases do Ambiente, da Lei da Regionalização, da Lei Condicionante da Plantação de Eucaliptos, da Lei dos Baldios, da Lei da Caça e da Lei do Impacte Ambiental.

Em 1984, após sair do Governo e já afastado do PPM, fundou o Movimento Alfacinha, com o qual se apresentou candidato à Câmara Municipal de Lisboa, conseguindo a eleição como vereador. Em 1985, regressa à Assembleia da República, agora como deputado independente, eleito nas listas do Partido Socialista.

Em 1993, fundou o Movimento o Partido da Terra, cuja presidência abandonou em 2007.

Foi condecorado com o grau de Oficial da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, do Mérito Científico, Literário e Artístico, em 1969; a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo, em 1988; a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, em 1990; e a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, em 2017.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Estrela, na reunião de 25 de Novembro de 2020:

Lamenta o falecimento de Gonçalo Ribeiro Telles e apresenta as mais sentidas condolências à sua família, amigos e discípulos, reconhecendo o seu inestimável legado nas áreas do paisagismo e da ecologia e o papel fundamental que teve na construção do Portugal democrático.

Lisboa, 25 de Novembro de 2020

Os Eleitos do CDS-PP

Os Eleitos do PS